

Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar durante a pandemia: desafios e entraves

Execution of the National School Feeding Program during the pandemic: challenges and barriers

Implementación del Programa Nacional de Alimentación Escolar durante la pandemia: desafíos y obstáculos

Recebido: 14/06/2021 | Revisado: 24/06/2021 | Aceito: 27/06/2021 | Publicado: 12/07/2021

Gilvânia da Conceição Rocha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8493-6054>
Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí, Brasil
E-mail: gilvaniacrocha@gmail.com

Maria de Fátima Sousa Barros Vilarinho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3226-1160>
Universidade Federal do Piauí, Brasil
E-mail: nutrifetimabarros@gmail.com

Dinah Alencar Melo Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0922-349X>
Universidade Federal do Piauí, Brasil
E-mail: jcamo@hotmail.com

Ticianne da Cunha Soares

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3016-7763>
Universidade Federal do Piauí, Brasil
E-mail: ticiannesoares@outlook.com

Luis Paulo Teixeira da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9080-7195>
Universidade Federal do Piauí, Brasil
E-mail: lp Teixeirasilva@gmail.com

Taciana Tavares de Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2139-8348>
Universidade Norte do Paraná, Brasil
E-mail: tacytavares03@gmail.com

Eliane Rodrigues Macedo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0085-2719>
Universidade Norte do Paraná, Brasil
E-mail: ellyannymacedo@hotmail.com

Ádilla Michele da Silva dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3673-5239>
Centro de Ensino Unificado de Teresina, Brasil
E-mail: adillamichele@outlook.com

Clicia Oliveira Sales

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5771-6822>
Centro de Ensino Unificado de Teresina, Brasil
E-mail: cliciasales@outlook.com

Maria Gessica Ozório Brito

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4263-1033>
Centro de Ensino Unificado de Teresina, Brasil
E-mail: gessikabritto@hotmail.com

Jéssica Leal de Moraes Trindade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9986-3022>
Centro de Ensino Unificado de Teresina, Brasil
E-mail: jessica-leal-@hotmail.com

Iara Jane de Oliveira Xavier

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8420-4892>
Centro de Ensino Unificado de Teresina, Brasil
E-mail: janexavier16@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo é relatar a experiência de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em um município do Piauí durante a pandemia de COVID-19, com enfoque nos desafios e entraves associados ao programa diante do isolamento social. Quanto à metodologia aplicada, trata-se de estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que discorre sobre a execução do PNAE em uma Secretaria de Educação de uma Prefeitura do Piauí com

base na prática vivenciada pelo nutricionista responsável pelo programa, no período compreendido entre abril de 2020 e abril de 2021. As informações do relato foram colhidas e/ou observadas após autorização da Prefeitura e da Secretaria de Educação. A operacionalização do PNAE ocorreu mediante a distribuição de “kits merenda escolar” às famílias dos alunos da Rede Municipal de Ensino, os quais foram compostos basicamente de alimentos não perecíveis comuns no hábito alimentar local. Alimentos provenientes da agricultura familiar compuseram os kits uma única vez no período estudado. O número de famílias atendidas variou de 838 a 1361, conforme modificações nos critérios de seleção adotados. Os resultados deste estudo evidenciam as dificuldades enfrentadas pela Entidade Executora para o desenvolvimento do PNAE durante o fechamento das escolas. Os entraves identificados estão associados à inviabilidade do atendimento às diretrizes da alimentação escolar, como o atendimento universal, acesso igualitário e apoio ao desenvolvimento sustentável, que em decorrência principalmente da insuficiência de recursos financeiros disponíveis, podem não ter sido observadas durante a distribuição da alimentação escolar às famílias dos estudantes no período retratado.

Palavras-chave: Alimentação escolar; COVID-19; Segurança alimentar e nutricional; Políticas públicas.

Abstract

The aim of this study is to report the experience of implementing the National School Feeding Program (PNAE) in a municipality in Piauí during the COVID-19 pandemic, focusing on the challenges and obstacles associated with the program in the face of social isolation. As for the methodology applied, this is a descriptive study, of the experience report type, which discusses the implementation of the PNAE in a Department of Education of a Piauí City Hall based on the practice experienced by the nutritionist responsible for the program, in the period between April 2020 and April 2021. The information in the report was collected and/or observed after authorization from the City Hall and the Department of Education. The PNAE was put into operation through the distribution of “school lunch kits” to the families of students from the Municipal Education Network, which were basically composed of non-perishable foods that are common in the local eating habits. Food from family farming composed the kits only once during the period studied. The number of families served ranged from 838 to 1361, according to changes in the selection criteria adopted. The results of this study show the difficulties faced by the Executing Entity for the development of the PNAE during the closing of schools. The identified barriers are associated with the impossibility of meeting school feeding guidelines, such as universal service, equal access and support for sustainable development, which, mainly due to the insufficiency of available financial resources, may not have been observed during the distribution of school meals to the families of the students in the period pictured.

Keywords: School meals; COVID-19; Food and nutrition security; Public policy.

Resumen

El objetivo de este estudio es reportar la experiencia de implementación del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) en un municipio de Piauí durante la pandemia COVID-19, enfocándose en los desafíos y obstáculos asociados al programa ante el aislamiento social. En cuanto a la metodología aplicada, se trata de un estudio descriptivo, del tipo informe de experiencia, que analiza la implementación del PNAE en un Departamento de Educación de un Ayuntamiento de Piauí a partir de la práctica vivida por la nutricionista responsable del programa, en período comprendido entre abril de 2020 y abril de 2021. La información en el informe fue recopilada y / u observada después de la autorización del Ayuntamiento y el Departamento de Educación. El PNAE se puso en funcionamiento mediante la distribución de “kits de almuerzos escolares” a las familias de los estudiantes de la Red de Educación Municipal, los cuales estaban compuestos básicamente por alimentos no perecederos que son comunes en los hábitos alimentarios locales. Los alimentos de la agricultura familiar compusieron los kits solo una vez durante el período estudiado. El número de familias atendidas osciló entre 838 y 1361, según los cambios en los criterios de selección adoptados. Los resultados de este estudio muestran las dificultades que enfrenta la Entidad Ejecutora para el desarrollo del PNAE durante el cierre de escuelas. Las barreras identificadas están asociadas a la imposibilidad de cumplir con los lineamientos de alimentación escolar, como el servicio universal, la igualdad de acceso y el apoyo al desarrollo sostenible, que, principalmente por la insuficiencia de los recursos económicos disponibles, pueden no haberse observado durante la distribución de las comidas escolares a las familias de los estudiantes en el período ilustrado.

Palabras clave: Comidas del colegio; COVID-19; Seguridad alimentaria y nutricional; Políticas públicas.

1. Introdução

A COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) foi notificada pela primeira vez em dezembro de 2019 na China, e espalhou-se rapidamente pelo mundo, levando a Organização Mundial da Saúde a decretar a situação como emergência de Saúde Pública de importância internacional e, em março de 2020, defini-la como uma pandemia (WHO, 2020; Pereira et al., 2020). A inexistência de vacina e de terapêuticas específicas até aquele momento, além do pouco conhecimento

sobre a transmissibilidade e papel dos assintomáticos na disseminação do vírus, levaram muitos países a adotarem medidas como o isolamento social, visando reduzir a transmissão do vírus e conter a evolução rápida da pandemia (Aquino et al., 2020).

Amplamente defendidas pelas autoridades sanitárias como as mais eficazes a tal situação, as medidas de isolamento social demandaram a paralisação de atividades que promovem a aglomerações de pessoas, como os eventos culturais ou não, as atividades econômicas não essenciais e as aulas presenciais em escolas e universidades. Entretanto, a redução do trânsito de pessoas, especialmente nos centros urbanos, reflete em consequências sociais graves, afetando a renda da população, acentuando assim a miséria e a fome (Bicalho & Lima, 2020; Corrêa et al., 2020).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um dos programas de alimentação e nutrição mais antigos no Brasil (Kroth, Geremia & Mussio, 2021), é considerado o maior dentre os programas de acesso à alimentação, tendo sua grandeza e pioneirismo reconhecidos internacionalmente (Sperandio & Morais, 2021). Sendo totalmente custeado pelo poder público, com complementação financeira federal e de estados e/ou municípios, o PNAE visa contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar, e formação de hábitos alimentares saudáveis, através da oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais dos estudantes da educação básica de escolas públicas, no período em que estiverem na escola, e da realização de ações de educação alimentar e nutricional (Brasil, 2009; Brito, Pereira & Santos, 2018).

Assim, o PNAE caracteriza-se como uma política de estado voltada à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que é conceituada como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural, e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis (Amorim, Ribeiro Júnior & Bandoni 2020; Brasil, 2006). Por conseguinte, o nutricionista responsável pelo PNAE tem na sua atuação um importante papel no contexto da SAN, ao realizar ações de educação alimentar e nutricional e, ao inserir nos cardápios produtos da agricultura familiar com base na vocação agrícola e na cultura alimentar local, contribuindo para a promoção de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis (Souza et al., 2017).

De acordo com dados do Censo Escolar de 2019, aproximadamente 39 milhões de crianças e adolescentes da rede pública da educação básica brasileira dependiam da alimentação escolar para complementar ou garantir a alimentação do dia (Brasil, 2020a). Em meio a esse cenário de modificações, tornou-se um desafio a execução do PNAE, considerando que milhões de estudantes se tornaram vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional devido a interrupção das aulas presenciais em todos os níveis de ensino, ocasionando uma interferência negativa sobre a alimentação de escolares, para as quais as refeições ofertadas na escola podem representar uma fonte certa de nutrição diária (Morais & Miranda, 2021).

Em contrapartida, o governo federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), publicou a Lei nº 13.987/2020 autorizando a distribuição dos alimentos adquiridos com os recursos do PNAE aos pais ou responsáveis pelos alunos durante a suspensão das aulas no intuito de atenuar os efeitos da pandemia na SAN desse público (Brasil, 2020b; Carvalho, Viola & Sperandio, 2020). Para nortear essa distribuição de alimentos ou refeições aos estudantes, também foi publicada a Resolução CD/FNDE nº 2/2020 a qual orienta a execução do PNAE durante o período de calamidade pública (Brasil, 2020c).

No entanto, embora tenham sido publicadas normativas para orientar a execução do PNAE durante a pandemia, vários desafios surgiram na prática do nutricionista atuante no programa em municípios, especialmente no que diz respeito ao atendimento às diretrizes que norteiam a alimentação escolar. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é relatar a experiência de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município do estado do Piauí durante a pandemia de COVID-19, enfocando os desafios e entraves associados à execução do programa diante do isolamento social.

2. Metodologia

Trata-se de pesquisa de natureza aplicada, de caráter descritivo, do tipo relato de experiência e/ou estudo de caso que discorre sobre a execução do PNAE em uma Secretaria Municipal de Educação no norte do estado do Piauí (PI), com base na prática vivenciada pelo nutricionista responsável pelo programa, compreendendo o período de abril de 2020 a abril de 2021, durante o isolamento social decorrente da pandemia provocada pelo novo coronavírus, que culminou com a suspensão das aulas presenciais e consequente fechamento das escolas.

A pesquisa aplicada visa à produção de conhecimentos que possam ser aplicados na prática, isto é, que possam ser direcionados para solucionar problemas ou situações específicas identificados no âmbito em que vive o pesquisador (Gerhardt & Silveira, 2009). Contudo, a pesquisa aplicada também pode ser utilizada para sugerir novas questões a serem investigadas (Gil, 2019). As pesquisas de caráter descritivo além de permitirem descrever fatos ou fenômenos de determinada realidade, possibilitam realizar a junção de dados, de modo organizado, e apresentá-los de modo que não haja associações ou qualquer uso de qualquer interferência causal ou do pesquisador (Gerhardt & Silveira, 2009; Estrela, 2018).

Um estudo de caso caracteriza-se por estudar uma entidade bem definida como uma unidade social, uma pessoa, um sistema, um programa ou uma instituição, no qual o pesquisador busca revelar determinada situação ou problema conforme a sua percepção (Gerhardt & Silveira, 2009). Nesse sentido, o relato de experiência é um tipo de estudo importante, uma vez que permite descrever uma situação vivenciada no ambiente profissional relevante na comunidade científica, e contendo impressões notadas e conjecturadas possibilita novas reflexões sobre um determinado fenômeno (Lopes, 2012; Flick, 2013).

O PNAE é executado pelo setor de alimentação escolar da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), sendo este composto por um nutricionista responsável técnico e um profissional de pedagogia que atua como auxiliar, não possuindo quadro técnico de nutricionistas. A gestão do programa é do tipo centralizada, na qual o setor de alimentação escolar é responsável pelo gerenciamento do recurso, realizando a aquisição dos gêneros alimentícios, o planejamento orçamentário, a elaboração de cardápios, a supervisão e avaliação da aceitação e da qualidade da alimentação escolar, o armazenamento dos produtos e a distribuição dos alimentos. De tal forma, o armazenamento da grande maioria dos gêneros é realizado em um estoque central, e posteriormente são distribuídos às escolas que preparam as refeições. Exceção a isso são os produtos advindos da agricultura familiar, que são entregues pelos fornecedores diretamente às escolas onde são armazenados, geralmente por curto período de tempo, até o consumo.

No ano de 2020, o PNAE do município retratado atendia cerca de 1650 alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, distribuídos nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Rede possui quatorze escolas, sendo três localizadas na zona urbana e onze na zona rural, as quais majoritariamente possuem funcionamento matutino e vespertino. Apenas duas unidades escolares que atendem a EJA funcionam no turno noite.

Quanto aos aspectos éticos, este relato de experiência teve autorização da Prefeitura e da SEMED, e não se utilizou de estratégias de coletas de dados que identificasse ou permitisse a identificação do local no qual foi realizado, dos atores e profissionais envolvidos na execução do PNAE ou dos escolares beneficiários do programa no município.

3. Relato de Experiência

Em atendimento às normativas oficiais do Governo Estadual e recomendações dos órgãos responsáveis pela defesa da ordem jurídica, dos interesses da sociedade e observância das leis nas administrações municipais, ao final do mês de março, a Prefeitura publicou um decreto autorizando a distribuição da alimentação escolar aos pais e responsáveis pelos estudantes da Rede Municipal de Ensino. Conforme o decreto, a alimentação seria distribuída na forma de “kits merenda escolar”. A metodologia adotada nas distribuições apresentou algumas variações no decorrer da pandemia, conforme descritas a seguir.

Seleção das famílias beneficiárias dos “kits merenda escolar”

Para a distribuição inicial, realizada no mês de abril de 2020, foram consideradas aptas a receberem os kits de merenda as famílias de alunos beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) que possuíam menor renda. Através de parcerias com as Secretarias de Assistência Social e de Saúde obteve-se o número de famílias cadastradas no PBF por unidade escolar e, dentre estas, o número de famílias com menor rendimento econômico. Vale destacar que, essa seleção, realizada com a colaboração dos agentes de saúde de cada região, foi discutida e necessária segundo a gestão da SEMED, tendo em vista que a grande maioria das famílias do alunado do município é beneficiária do PBF e assim não seria possível atender a todas as famílias com a quantidade de merenda escolar cotada para distribuição.

Já nas distribuições seguintes, que ocorreram nos meses de julho, setembro e dezembro de 2020 e em março de 2021, todas as famílias de alunos matriculados na Rede Municipal foram consideradas aptas para o recebimento dos kits.

Composição dos “kits merenda escolar”

A composição dos kits variou no decorrer das distribuições e foi definida pelo setor de alimentação escolar da SEMED considerando fatores como: disponibilidade de gêneros alimentícios no estoque, valores nutricionais, gêneros alimentícios básicos, gêneros alimentícios não básicos, perecibilidade e custo dos alimentos e/ou disponibilidade de recursos financeiros. Foram considerados como gêneros básicos os alimentos que compõem a base do hábito alimentar local, com destaque para arroz, feijão, farinha de milho flocada, sardinha enlatada, macarrão, óleo vegetal, açúcar e leite. Ademais, os alimentos não perecíveis contidos nos cardápios da alimentação escolar foram considerados não básicos.

De modo geral, os kits foram compostos de pelo menos seis gêneros alimentícios básicos e não perecíveis (1kg de arroz ou 1kg de feijão, um pacote de macarrão, uma unidade de sardinha enlatada, um pacote de farinha de milho flocada, um pacote de leite em pó integral e 1kg de açúcar ou uma unidade de óleo de soja), e um gênero alimentício não básico e não perecível (uma caixa de aveia em flocos ou uma caixa de amido de milho ou um pacote de biscoito tipo cream cracker ou um pacote de farinha láctea ou um pacote de achocolatado em pó etc.). Apenas na distribuição inicial houve a presença de pelo menos um gênero alimentício perecível nos kits (um pacote de carne bovina moída ou um frango ou um pacote de polpa de fruta). De modo semelhante, somente na terceira distribuição os alimentos advindos da agricultura familiar fizeram parte da composição dos kits, sendo que apenas as famílias de oito das quatorze escolas receberam os kits contendo um desses alimentos (uma melancia ou um bolo tipo pudim caseiro).

Montagem dos “kits merenda escolar”

Para a primeira distribuição, levando em conta o estoque de alimentos nos depósitos da SEMED e das escolas, o processo de montagem e/ou confecção dos kits, que consistiu no acondicionamento dos gêneros alimentícios não perecíveis em sacola plástica resistente e transparente, ocorreu na SEMED e nas escolas, de modo previamente orientado pelo setor de alimentação escolar e com adoção de cuidados de higiene recomendados durante o processo, com vistas a evitar o contágio pelo novo coronavírus. Os gêneros perecíveis, quando utilizados, foram adicionados aos kits somente no dia e em horário próximo a distribuição nas escolas, visando à conservação destes. Os kits montados na SEMED foram transportados para as escolas e distribuídos às famílias selecionadas. Ademais, os alimentos provenientes da agricultura familiar foram entregues pelos próprios agricultores em dia anterior a distribuição dos kits às famílias.

Para as distribuições posteriores, conforme composição pré-definida pelo setor de alimentação escolar, os kits foram montados e fornecidos pela empresa que atendia à SEMED no fornecimento da alimentação escolar no respectivo ano.

Distribuição dos “kits merenda escolar”

As distribuições dos kits foram realizadas nas escolas pelos gestores das unidades com o auxílio de professores e/ou auxiliares, com o acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), e ocorreram conforme cronograma estabelecido pela SEMED de modo a coincidir com momentos de entrega de atividades pedagógicas não presenciais para os alunos. Com vistas a atender às recomendações da Resolução CD/FNDE nº 2/2020 e do Ministério da Saúde, os gestores das escolas foram orientados a utilizarem máscaras, manterem a higienização das mãos e realizarem a distribuição dos kits de modo a evitar aglomerações, utilizando medidas como agendamento de horários, controle de entrada e orientações para que não houvesse aglomerações das famílias nas áreas externas às escolas.

Durante as distribuições dos kits, um formulário contendo o nome do aluno beneficiado era preenchido com a assinatura e o Número de Identificação Social (NIS) do pai/responsável confirmando assim o recebimento do kit. A quantidade de famílias atendidas variou entre as distribuições, sendo: 838 famílias em abril, 1347 famílias em julho e setembro, e 1361 famílias em dezembro de 2020 e março de 2021.

4. Discussão

A alimentação consiste em um direito social, estabelecido na Constituição Federal Brasileira, sendo dever do poder público a adoção de ações e políticas que sejam necessárias para prover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e garantir a SAN da população (Paravidino, Ferreira & Monteiro, 2021). No Brasil, o surgimento da COVID-19 coincidiu com um momento de desmonte orçamentário e/ou institucional de políticas públicas, incluindo as de SAN, isto é, aquelas voltadas ao combate da fome (Bicalho & Lima, 2020).

A suspensão de muitas atividades cotidianas importantes para a movimentação da economia do país impactou diretamente na manutenção dos empregos, do consumo e, por consequência, na aquisição e acesso aos alimentos, fatores contribuintes para situações de vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional e fome a muitas famílias de estudantes brasileiros (Oliveira, Abranches & Lana, 2020; Freitas & Pena, 2020). Por afetar a oferta e demanda de alimentos, limitar o poder de compra e a capacidade de produção e distribuição de alimentos, a pandemia atinge especialmente os mais vulneráveis (Alpino et al., 2020).

O PNAE é um dos programas da agenda pública visto como forma de amenizar as consequências da fome, e constituindo-se uma garantia do direito dos alunos da educação básica pública brasileira ao acesso à alimentação escolar, foi identificado como estratégia do governo para garantia do acesso físico ou financeiro aos alimentos, contribuindo para consolidação da SAN frente à COVID-19 no país (Bicalho & Lima, 2020; Oltramari et al., 2020; Gurgel et al., 2020). Entretanto, o funcionamento do programa pode ter sido bastante afetado pela pandemia em alguns municípios, violando o direito à alimentação escolar de alguns estudantes.

Uma das diretrizes do PNAE é a universalidade, ou seja, é destituído de recortes de prioridades para o seu atendimento (Paravidino, Ferreira & Monteiro, 2021). Em contraposição, as metodologias adotadas para a distribuição da alimentação escolar no município estudado utilizaram critérios para seleção de famílias vulneráveis dentre as vulneráveis e, mesmo com alguma evolução, permaneceram considerando as famílias dos estudantes da rede, independente do número de estudantes de cada família, violando assim o direito de alguns ao acesso a alimentação escolar.

Similarmente, essa distribuição considerada parcial, ou seja, onde o atendimento não englobou a demanda total de estudantes, foi relatada em 25% dos municípios do Rio Grande do Norte acompanhados por um Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição (CECANE), sendo o motivo financeiro o principal empecilho (Silva et al., 2021). Por outro lado, visando o atendimento universal da alimentação escolar, outros municípios brasileiros adotaram estratégias diferentes, a

exemplo de Curitiba – PR, que embora inicialmente tenha distribuído subsídio alimentar no valor de R\$ 70,00 para as famílias dos estudantes da Rede Municipal de Ensino beneficiárias do PBF, a partir de maio de 2020 passou a contemplar os estudantes individualmente com a distribuição de kits de alimentação (Oltamari et al., 2020).

De acordo com a Resolução CD/FNDE nº 6/2020, ao considerar o direito à alimentação escolar na perspectiva de garantia da SAN dos alunos, o acesso deve ocorrer de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social (Brasil, 2020d). Os kits inicialmente distribuídos no município retratado tiveram composição apenas semelhante e independente da faixa etária dos estudantes. Nas distribuições seguintes, embora tenham sido compostos para atender as necessidades nutricionais dos alunos, estas podem não ter sido contempladas, já que os kits não foram distribuídos de modo individual, não atendendo os estudantes de forma igualitária.

A estratégia utilizada no município em estudo para a distribuição dos kits de merenda escolar, atendendo as famílias dos estudantes e não a estes individualmente, foi adotada em razão da baixa disponibilidade de recursos financeiros próprios da gestão municipal para serem utilizados de modo adicional aos recursos federais repassados. Embora o financiamento da alimentação escolar devesse ocorrer de modo complementar entre o governo federal e os municípios, isto é, os recursos oriundos do FNDE devem ser suplementares aos recursos das prefeituras para o fornecimento adequado da alimentação escolar, isso nem sempre acontece na prática, especialmente em municípios com baixo desenvolvimento econômico, onde o fornecimento da alimentação escolar é fortemente dependente dos recursos do FNDE (Brito, Pereira & Santos, 2018; Pereira et al., 2020).

No contexto da pandemia, notadamente a insuficiência de recursos financeiros federais como fonte única de custeio da alimentação escolar se agrava ainda mais, pois aumenta o custo alimentar *per capita*, uma vez que, é necessário utilizar uma quantidade maior de alimentos para compor os kits quando comparada àquela empregada na produção das refeições no ambiente escolar, seja para evitar o fracionamento dos alimentos, seja pela disponibilidade de embalagens (Pereira et al., 2020).

Além disso, outra diretriz do PNAE consiste no apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, com prioridade para as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (Brasil, 2020d). A Resolução CD/FNDE nº 02/2020 determinou a manutenção, sempre que possível, da aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar durante a pandemia (Brasil, 2020b). No município abordado, os alimentos oriundos da agricultura familiar compuseram os kits em apenas uma das cinco distribuições da merenda escolar. Não obstante, é relevante destacar que o processo de chamada pública referente à aquisição dos produtos da agricultura familiar não havia sido concluído antes da suspensão temporária das atividades presenciais da SEMED, que incluiu o setor de alimentação escolar, o que pode ter atrasado a produção e o fornecimento e, em partes, pode ter contribuído para a ausência desses produtos na composição dos kits distribuídos.

Estudos que retrataram a execução do PNAE durante a pandemia em algumas entidades executoras no Brasil identificaram diferentes realidades quanto ao atendimento a essa determinação. Em Curitiba, foram utilizados alguns hortifrúteis na elaboração dos kits, sendo que produtos variaram conforme a disponibilidade no momento das distribuições (Oltamari et al., 2020). No contexto amazônico, nos municípios de Paragominas e Ourilândia do Norte os kits continham produtos da agricultura familiar, já em Afuá e Inhagapi os alimentos oriundos da agricultura familiar não compuseram os kits de merenda escolar distribuídos até o momento relatado pelos autores (Silva et al., 2020).

Ao incentivar o consumo de alimentos *in natura* e produzidos localmente, o PNAE fortalece o sistema agroalimentar familiar ao tempo que promove a consolidação do DHAA e da SAN e, através da dinamização da renda contribui para as

famílias dos agricultores participantes do programa. Paradoxalmente, algumas famílias de agricultores fornecedores do PNAE podem se encontrar em situação de insegurança alimentar (Calixto et al., 2021). Uma suspensão temporária e/ou adiamento das aquisições dos gêneros alimentícios da agricultura familiar mediante acordo entre a gestão dos municípios e os agricultores durante a pandemia, situação prevista na Resolução CD/FNDE nº 02/2020, afeta negativamente esses agricultores, pois traz incertezas quanto a demandas futuras, que influencia na organização da produção, e quanto ao escoamento de possíveis produções, haja vista que outros canais de comercialização também foram afetados pelo isolamento social (Pereira et al., 2020).

5. Considerações Finais

A experiência de execução do PNAE durante a pandemia de COVID-19 na Entidade Executora retratada foi permeada por alguns entraves e desafios, possibilitando assim o alcance do objetivo proposto nesse estudo. Os resultados obtidos evidenciaram dificuldades relativas ao atendimento de algumas diretrizes da alimentação escolar, como o atendimento universal, acesso igualitário e apoio ao desenvolvimento sustentável, que em decorrência principalmente da insuficiência de recursos financeiros disponíveis, podem não ter sido observadas durante a distribuição da alimentação escolar às famílias dos estudantes no período estudado.

O estudo também revela os desafios que permeiam a atuação do profissional nutricionista que é responsável pela alimentação escolar, especialmente em municípios de pequeno porte, haja vista que a impossibilidade de atender às diretrizes do PNAE influencia no exercício de seu importante papel enquanto contribuinte para a garantia da SAN dos estudantes beneficiários do programa.

Considera-se importante a realização de futuras pesquisas que abordem não só a experiência das Entidades Executoras, mas também dos estudantes beneficiários do PNAE durante a pandemia, pois poderão permitir uma análise da metodologia de desenvolvimento do PNAE na visão do usuário e/ou de suas famílias. Além disso, sugere-se a realização de estudos que permitam identificar como a metodologia de execução do PNAE pode ter afetado a SAN dos beneficiários durante o isolamento social, com o intuito de direcionar as ações relacionadas à operacionalização do programa durante períodos de calamidade pública.

Referências

- Aquino, E. M. L., Silveira, I. H., Pescarini, J. M., Aquino, R., Souza-Filho, J. A. de, Rocha, A. dos S. & Lima, R. T. dos R. S. (2020). Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(Supl.1), 2423-2446. 10.1590/1413-81232020256.1.10502020
- Alpino, T. de M. A., Santos, C. R. B., Barros, D. C. de, & Freitas, C. M. de. (2020). COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(8), e00161320. 10.1590/0102-311X00161320
- Amorim, A. L. B. de, Ribeiro Junior, J. R. S., & Bandoni, D. H. (2020). Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 1134-1145. 10.1590/0034-761220200349
- Bicalho, D. & Lima, T. de M. (2020). O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação durante a pandemia da Covid-19. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, 15, e52076. doi: 10.12957/demetra.2020.52076
- Brasil. (2020a). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Básica 2019: Resultados*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>
- Brasil. (2006). *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm
- Brasil. (2009). *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm

- Brasil. (2020b). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Lei 13.987 de 07 de abril de 2020*. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Brasília: Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm
- Brasil (2020c). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução 02 de 09 de abril de 2020*. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19. Brasília: Diário Oficial da União. <https://www.fnde.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13453-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%B0-02,-de-09-de-abril-de-2020>
- Brasil. (2020d). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução 06 de 08 de maio de 2020*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: Diário Oficial da União. [Rhttps://www.fnde.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020](https://www.fnde.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020)
- Brito, T. P., Pereira, V. G. & Santos, A. P. (2018). Os limites, desafios e potencialidades da agricultura familiar no PNAE em municípios atingidos pela mineração. *Retratos de Assentamentos*, 21(2), 192-224. 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2018.v21i2.304
- Calixto, F. A. de M., Trivellato, P. T., Miguel, E. da S., & Priore, S. E. (2021). Food availability and food and nutrition (in)security of families providing for the National School Feeding Program. *Revista de Nutrição*, 34, e190186. 10.1590/1678-9865202134e190186
- Carvalho, C. A. de, Viola, P. C. de A. F., & Sperandio, N.(2021). How is Brazil facing the crisis of Food and Nutrition Security during the COVID-19 pandemic? *Public Health Nutrition*, 24(3), 561 – 564. 10.1017/S1368980020003973
- Corrêa, E. N., Neves, J. das, Souza, L. D. de, Florintino, C. da S., Porrua, P., & Vasconcelos, F. de A. G. de. (2020). Alimentação escolar em tempos de Covid-19: mapeamento das estratégias de execução da política pública pelos gestores estaduais. *Revista de Nutrição*, 33, e200169. 10.1590/1678-9865202033e200169
- Estrela, C. (2018). *Metodologia Científica: Ciência, Ensino, Pesquisa*. (3a ed.), Artes Médicas. <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=67VIDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=Metodologia+Cient%C3%ADfca:+Ci%C3%AAncia,+Ensino,+Pesquisa&ots=87SK4Raum1&sig=5m6ZlkDR0firt4p9lhdhnMcV4mY#v=onepage&q=Metodologia%20Cient%C3%ADfca%3A%20Ci%C3%AAncia%20Ensino%2C%20Pesquisa&f=false>
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso. [https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2 Metodos quantitativos e qualitativos - IFES/Bauman, Bourdieu, Elias/Livros de Metodologia/Flick - Introducao à Metodologia da Pesquisa.pdf](https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitativos%20e%20qualitativos%20-%20IFES/Bauman,%20Bourdieu,%20Elias/Livros%20de%20Metodologia/Flick%20-%20Introducao%20a%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf)
- Freitas, M. C. S. & Pena, P. G. L. (2020). Fome e pandemia de Covid-19 no Brasil. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, 8(1), 34-40. 10.15210/TES.V8ISUPLEMENTO.18903
- Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>
- Gil, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. (2019). (6a ed.), Atlas.
- Gurgel, A. do M., Santos, C. C. S. dos, Alves, K. P. de S., Araujo, J. M. de, & Leal, V. S. (2020). Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(12), 4945-4956. 10.1590/1413-812320202512.33912020
- Kroth, D. C., Geremia, D. S. & Mussio, B. R. (2020). Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(10), 4065-4076. doi: 10.1590/1413-812320202510.31762018
- Lopes, M. V. de O. (2012). Sobre estudos de casos e relatos de experiências. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, 13(4), 1-2. <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/4019/3159>
- Morais, A. C. & Miranda, J. de O. F. (2021). Repercussões da pandemia na saúde das crianças brasileiras para além da Covid-19. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31(1), e310102. doi: 10.1590/S0103-73312021310102
- Oliveira, T. C., Abranches, M. V. & Lana, R. M. (2020). (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por Sars-CoV-2. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4), e00055220. doi: 10.1590/0102-311X00055220
- Ultramarí, K., Santos, L. dos, Guedes, J. R. D., Silva, A. F., Damasceno, C. S. B., Rodrigues, L. M. L. & Galvão, M. R. M. (2020). Estratégias de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 na Alimentação Escolar do Município de Curitiba – PR. *Revista Contexto & Saúde*, 20(41), 80-89. doi: 10.21527/2176-7114.2020.41.80-89
- Paravidino, A. B., Ferreira, D. S. M. M. & Monteiro, J. O. (2021). Assistência estudantil e alimentação escolar: reflexões baseadas em um trabalho interdisciplinar. *Cadernos Cajuína*, 6(3), 79-94. <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/494/424>
- Pereira, A. da S., Campos, F. M., Santos, C. R. B., Lima, E. C. de S., Mocellin, M. C., Serra, G. M. do A., Ferreirinha, M. de L. C., & Azevedo, A. B. C. de. (2020). Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19. *Brazilian Journal of Development*, 6(8), 63268-63282. 10.34117/bjdv6n8-674
- Silva, L. H. da, Medeiros, M., Tavares, F. B., Dias, I. A., & Frazão, A. das G. F. (2020). PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico. *Mundo Amazônico*, 11(2), 17-36. 10.15446/ma.v11n2.88519

Silva, R. T. de O., Rosas, C. R., Silva, J. B. da, Nogueira, G. K. B., Rocha, N. M. F. da, Neves, R. A. M. das, & Pinheiro, L. G. B. (2021). Alimentação escolar em tempos de COVID-19: o papel do centro colaborador em alimentação e nutrição no estado do Rio Grande do Norte. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 28 (e021004), 1-9. 10.20396/san.v28i00.8661897

Souza, A. A. de, Bezerra, O. M. de P. A., Bonomo, E. & Silva, C. A. M. da. (2017). Atuação de nutricionistas responsáveis técnicos pela alimentação escolar de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(2), 593-606. 10.1590/1413-81232017222.12272016

Sperandio, N. & Morais, D. de C. (2021). Alimentação escolar no contexto de pandemia: a resignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 28 (e021006.), 1-11. 10.20396/san.v28i00.8661396

World Health Organization - WHO (2020). *Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV)*. Genebra: WHO. [https://www.who.int/news-room/detail/23-01-2020-statement-on-the-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news-room/detail/23-01-2020-statement-on-the-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov)).